



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE REGIONAL E ENSINO DE GEOGRAFIA

**O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A VISÃO DOS
DISCENTES SOBRE ESTA QUESTÃO NO ESPAÇO DOMÉSTICO**

LOREN LEAL TEIXEIRA DE ARAÚJO

CAMPINA GRANDE- PB
2017

LOREN LEAL TEIXEIRA DE ARAÚJO

**O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A VISÃO DOS
DISCENTES SOBRE ESTA QUESTÃO NO ESPAÇO DOMÉSTICO**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento as exigências para obtenção do título de Especialista em Análise Regional e Ensino de Geografia.

ORIENTADORA: SONIA MARIA DE LIRA

CAMPINA GRANDE- PB
2017

LOREN LEAL TEIXEIRA DE ARAÚJO

**O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A VISÃO DOS
DISCENTES SOBRE ESTA QUESTÃO NO ESPAÇO DOMÉSTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em: ____/____/____

Prof. Dra. Sonia Maria de Lira
Orientadora

Prof. Dr.º Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Examinador interno

Ma. Josilene Maria de Oliveira
Examinador externo

Campina Grande
2017

ARAÚJO, Loren Leal Teixeira. O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A VISÃO DOS DISCENTES SOBRE ESTA QUESTÃO NO ESPAÇO DOMÉSTICO. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2017.

RESUMO

O debate acerca da violência contra a mulher é uma demanda social relativamente jovem em que o movimento feminista teve uma atuação múltipla e fundamental no que tange à visibilização e ao combate de tal violência, retirando a questão da esfera da vida privada e familiar para legitimá-lo enquanto um problema político e de saúde pública. Configurando-se como uma discussão que se arrasta na sociedade em um viés de complexidades e situações que levam as mulheres a estarem expostas a condições degradantes, sexistas, machistas, preconceituosas, caracterizadas por diversas formas de violências, em que as mesmas acabam se tornando reféns de seus próprios parceiros e em muitos casos acabam ficando a mercê de instrumentos públicos ineficientes que não conseguem garantir o mínimo de segurança a essas mulheres, muito menos assegurá-las socialmente. Compreendendo que a escola se constitui enquanto um espaço fecundo de socialização das relações, a qual pode combater tais condições, faremos a pesquisa neste local. Desse modo, o presente trabalho se propõe a investigar a percepção de discentes da Escola Elpídio de Almeida (Prata) referente à questão da violência infligida contra a mulher, assim como as formas e o modo como essa violência se manifesta na experiência cotidiana deles. Neste contexto, foi utilizada a pesquisa qualitativa que busca dados descritivos para melhor entendimento dos fenômenos, através de questionários. Como resultado foi identificado que a maioria das alunas participantes da pesquisa já sofreu algum tipo de violência e/ou presenciaram outras mulheres sendo agredidas. Outro ponto a se destacar diz respeito ao fato de que em raras ocasiões houve denúncia por parte dos envolvidos e ainda os poucos que o fizeram não obtiveram os resultados esperados, por fim, os estudantes enxergam de forma negativa a violência contra a mulher. A pesquisa espera outros trabalhos que possam se encaminhar no direcionamento do olhar da escola e da comunidade para com a mulher e seus enfrentamentos sociais. De posse de tais informações foram propostas estratégias educacionais que favoreçam outras condutas menos preconceituosas, machistas e sexistas.

Palavras-chave: Violência, Mulher, Discentes.

ABSTRACT

The debate about violence against women is a relatively young social demand in which the feminist movement has had a multiple and fundamental action regarding the visibility and combat of such violence, removing the issue of the sphere of private and family life to legitimize it, as a political and public health problem. Confronting itself as a discussion that drags on society in a bias of complexities and situations that lead women to be exposed to degrading, sexist, sexist, prejudiced conditions, characterized by various forms of violence, in which they end up becoming hostages of their own partners and in many cases end up being left behind by inefficient public instruments that fail to guarantee the minimum safety of these women, let alone ensure them socially. Understanding that the school is a fecund space for the socialization of relationships, which can combat such conditions, we will do the research in this place. Thus, the present work intends to investigate the perception of students of the Elpídio de Almeida School (Silver) regarding the issue of violence inflicted on women, as well as the forms and the way this violence manifests itself in their daily experience. In this context, we used the qualitative research that searches descriptive data for a better understanding of the phenomena, through questionnaires. As a result, it was identified that the majority of the students participating in the research have already suffered some type of violence and / or witnessed other women being assaulted. Another point to highlight is the fact that on rare occasions there was a denunciation by those involved and still the few who did not obtained the expected results, finally, the students see in a negative way the violence against the woman. The research expects other works that may be directed towards the direction of the school and community towards women and their social confrontations. In possession of such information educational strategies were proposed that favored other less prejudiced, sexist and sexist behaviors.

Keywords: Violence, Women, Students.

1INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um tema que vem trazendo debates mais amplos na atualidade. Por isso, a escola enquanto instituição de formação a qual deve focar os Direitos Humanos, se constitui como um espaço que pode e deve levar tais discussões de maneira que contribua para mudar posturas e posicionamentos na sociedade. Dessa forma, se faz premente e necessário, pensar estratégias educacionais que contribuam de forma direta para esse processo.

A experiência e vivência da autora enquanto mulher, mãe, sobretudo no papel de professora da Educação Básica, na qual lida diariamente com conflitos e diversas formas de violências, em especial, contra as mulheres, trouxe a necessidade de debater juntamente com os jovens sobre essa violência que vivenciam nos espaços domésticos, refletindo a escola como espaço de socialização, assim como também de reforço de estereótipos e preconceitos, os quais precisam ser combatidos.

Diante disto, objetivamos no presente trabalho, analisar a violência contra as mulheres através de seus processos históricos, assim como propor estratégias educacionais que favoreçam condições mais justas, menos preconceituosas, machistas e sexistas.

Foi utilizado no processo metodológico a pesquisa de cunho qualitativo, a qual:

Não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados. [...] Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Nesta perspectiva, utilizamos enquanto instrumento metodológico a aplicação de questionários com estudantes do sexo feminino e masculino, na faixa etária dos 15 aos 18 anos, integrantes dos 1º, 2º e 3º anos da Escola Elpídio de Almeida (Prata). O questionário pode ser definido como uma “Técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p.128). O questionário aplicado continha questões dos tipos abertas, que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões e semi-estruturadas, perguntas fechadas de múltiplas escolhas, mas que apresentam

uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto, sendo a análise dos dados realizada a partir dos objetivos da pesquisa.

Para realizar o estudo escolhemos a escola supracitada, a maior da cidade em número de alunos matriculados, por ser um dos colégios públicos mais antigo e tradicional do município, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 235, no bairro da Prata, alocada num prédio existente desde o ano de 1953, atendendo estudantes de vários bairros de Campina Grande, assim como de cidades circunvizinhas, local em que a autora leciona.

O trabalho está apresentado em três partes. Na primeira é abordada a temática da violência contra o gênero feminino, tomando como ponto de partida a construção histórica e social, numa compreensão multifacetada, considerando as múltiplas vivências e recortes inerentes ao ser mulher, analisando as violências sofridas por este segmento. Na segunda parte, numa perspectiva mais local, é (re)tratada as formas como esta violência se apresenta no município de Campina Grande - PB. Por fim, na terceira e última etapa, é apresentada a análise dos questionários aplicados com os discentes, analisando como eles percebem e observam tal violência nos espaços domésticos, propondo estratégias educacionais que fomentem mudanças atitudinais no combate a este tipo de violência.

2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma breve introdução

A violência contra a mulher vem sendo discutida internacionalmente e, mais recentemente, com a intenção de (re)elaborar políticas para combates mais eficazes contra tais ações. Contudo, a violência de gênero não ocorre somente contra a mulher.

De acordo com Saffioti (2001, p.115):

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

Dessa forma, atribui-se ao homem, a superioridade sobre os demais membros da família e essas relações de poder estão inseridas na nossa sociedade há muito tempo. Portanto, em diversas partes do mundo os desrespeitos contra a integridade da mulher ainda se mantêm,

inclusive no Brasil. Por isso, resolvemos investigá-lo em Campina Grande, município em que residimos e lecionamos.

Saffioti (1987) também afirma que:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (IBIDEM, p.8)

Essas inter-relações de gênero levam a situações de poder configuradas na existência de um segmento (o homem branco e heterossexual), considerado mais forte, e outro submisso, baseando-se em questões mais profundas, que precisam estar presentes, de modo central, nas discussões no âmbito do processo educacional, justamente por trazerem enormes consequências sociais, necessitando para tanto de mudanças que vão desde a legislação, perpassando pelo Plano Nacional de Educação (PNE), desembocando no cotidiano da sala de aula. Nesse tocante, verificamos que tais relações são reforçadas em vários contextos históricos.

Na Grécia Antiga, por exemplo, encontravam-se muitas diferenças entre homens e mulheres, onde o conceito de cidadania estava relacionado a uma minoria da população. Nessa época, apenas os homens com mais de 21 anos eram considerados cidadãos, categoria do sujeito universal ainda permanente na sociedade atual. As mulheres não tinham direitos jurídicos, não recebiam educação formal, eram proibidas de aparecer em público sozinhas, sendo confinadas em suas casas em um aposento particular (gineceu), enquanto aos homens muitos outros direitos eram permitidos, conforme elucida Vrissimtzis (2002):

[...] O homem era polígamo e o soberano inquestionável na sociedade patriarcal, a qual [podia] ser descrita como o ‘clube masculino mais exclusivista de todos os tempos’. Não apenas gozava de todos os direitos civis e políticos, como também tinha poder absoluto sobre a mulher. (IBIDEM, p. 38)

Nesta perspectiva, na Grécia Antiga, a superioridade masculina era inquestionável e a mulher era tratada como produto de sua propriedade, estando a serviço e submetida às vontades de seu proprietário.

Em Roma, que junto com a Grécia Antiga detêm o ideal de civilização, “elas nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos” (FUNARI, 2002, p. 94). Sendo assim, a mulher em diversas sociedades eram seres inferiores e a relação

de poder exercida sobre elas tem estado presente nas diferentes épocas. Toda e qualquer condição de liberdade ou expressividade era negada a mulher.

A crença da mulher como um homem invertido, inclusive relacionando a inferioridade dos seus elementos biológicos da sexualidade, perdurou durante milhares de anos como se pode observar na passagem em que Laqueur (2001) comenta a visão de Aristóteles:

O kurios, a força do esperma para gerar uma nova vida, era o aspecto corpóreo microcósmico da força deliberativa do cidadão, do seu poder racional superior e do seu direito de governar. O esperma, em outras palavras, era como que a essência do cidadão. Por outro lado, Aristóteles usava o adjetivo akuros para descrever a falta de autoridade política, ou legitimidade, e a falta de capacidade biológica, incapacidade que para ele definia a mulher. Ela era, como o menino, em termos políticos e biológicos uma versão impotente do homem, um arren agonos. (LAQUEUR, 2001, p. 68)

Essa visão vem se perpetuando na nossa sociedade e o surgimento da luta de mulheres contra tais formas de opressão foram engatilhadas e ampliadas pelos movimentos feministas, na busca por condições igualitárias que prezem pelo respeito e a dignidade para o gênero feminino.

A Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou seus esforços contra essa forma de violência criando, em 1946, a Comissão de Status da Mulher (CSW) que formulou entre os anos de 1949 e 1962 uma série de tratados baseados em provisões da Carta das Nações Unidas — a qual afirma expressamente os direitos iguais entre homens e mulheres, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos que em seu artigo I expressa que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]”, e no seu artigo II, ainda mais específico no que tange a afirmação da igualdade, ao declarar no inciso I “Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo [...]”. Dessa forma, na qualidade de militante feminista, compromissada e implicada na luta por tais direitos e garantias, busquei investigar como estas questões são analisadas pelos estudantes de uma escola pública, popularmente conhecida como Estadual da Prata, na cidade de Campina Grande - PB.

2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

Os tipos de violências às quais as mulheres estão expostas nos municípios brasileiros remontam ao papel de superioridade impregnado culturalmente pelo patriarcalismo, definição

ideológica para a supremacia do homem nas relações sociais, já tratado neste texto, suscitando a necessidade de que tais discussões sejam pautadas mediante um olhar mais atento do Estado, na qualidade de assegurador de direitos e garantias fundamentais, e da sociedade, enquanto agente político coletivo. Desse modo, inserida em tal contexto social, a escola deve funcionar enquanto um instrumento de desenvolvimento de estratégias educacionais que levantem e ampliem estes debates.

Campina Grande é um município da Paraíba com uma população estimada de 410.332 habitantes de acordo com os dados do censo populacional do IBGE (2015), e segundo dados da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) enfrenta diversas situações de violências contra este segmento.

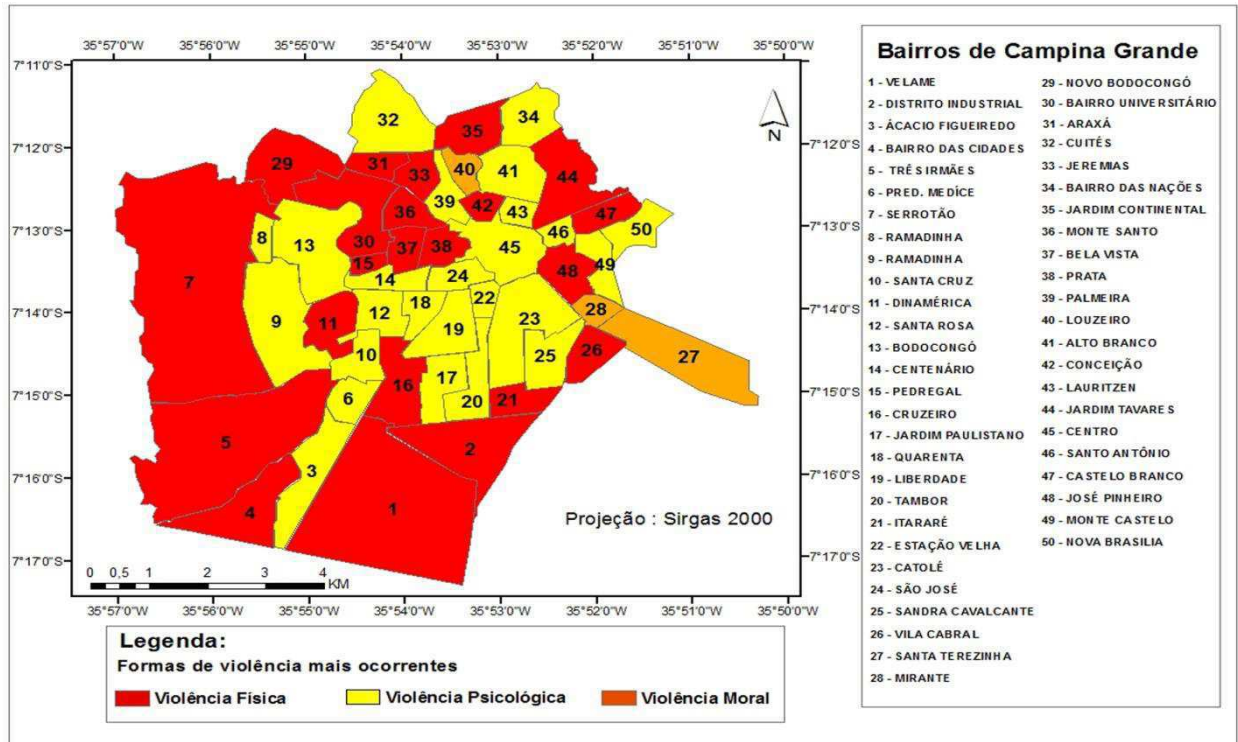
A análise do total anual de ocorrências de violência doméstica contra a mulher registradas na DEAM de Campina Grande, durante os anos de 2010 e 2011, nos demonstra que das formas deste tipo de violência, a psicológica é a mais expressiva em número de incidência. A violência física aparece em segundo lugar; enquanto a moral fica em terceiro; a patrimonial em quarto e; a sexual, com menor expressividade, aparece em último plano. (BEZERRA e GOMES,2012, p. 398.)

Através destes dados nos é dada uma mostra do modo como a violência se apresenta na referida cidade, afetando a integridade das mulheres nas dimensões psicológica, física, patrimonial, moral e/ou sexual. Ainda que o último tipo de violência citada, a de caráter sexual, tenha menor quantitativo, exige dos poderes públicos atenção redobrada no que se refere aos cuidados necessários à saúde da mulher, através da atenção primária mediante um trabalho preventivo, fator muitas vezes negligenciado, em que, em diversas ocasiões, acaba por responsabilizar a própria mulher vitimada pelo ato de violência sofrido.

Os dados levantados por Silva e Filho (2015), também mostram como está distribuída a violência na referida área urbana (MAPA) e as formas como se apresentam, citando que:

A violência psicológica foi a mais preponderante, apresentando-se em 25 bairros. A violência física surge em 22 bairros e a moral em três localidades. Entretanto, quando se relaciona a espacialização das formas de violência com a distribuição espacial das denúncias, constatadas e que os bairros periféricos destacados como os menos incidentes de denúncia apresentam em sua maioria a violência física, enquanto os mais denunciadores a violência psicológica. (IBIDEM,p.55)

Mapa 01: Distribuição espacial das denúncias de violência doméstica contra mulher em Campina Grande - PB (2011 e 2012).



Fonte: Silva e Filho (2015)

Os dados acima demonstram como estas violências são frequentes em Campina Grande e como são necessárias ações que combatam esses problemas entre os gêneros e especificamente contra as mulheres. Ainda, mediante a riqueza de esclarecimentos fornecida através do mapa com o acréscimo dos marcadores renda e raça, de modo a realizar um cruzamento de dados, é possível obter um quadro ainda mais detalhado da situação de vulnerabilidade das mulheres residentes no município, pesquisa que pode vir a ser explorada em futuros trabalhos.

A construção da igualdade de gênero é uma condição que exige diversas formas de adequação social e que necessita, em primeiro plano, do reconhecimento de homens e mulheres como seres que possuem direitos iguais.

3 INVESTIGANDO COM OS ESTUDANTES A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Considerando o caminho percorrido pelo debate acerca do papel da mulher na sociedade de um modo geral, e, de modo específico, da violência contra a mulher em Campina Grande – PB, tendo a disposição um espaço frutífero de informações como a escola, resolvi verificar se tais agressões estão presentes na vida dos alunos participantes da pesquisa,

o modo como ocorrem, a reverberação destas agressões na vida dos estudantes e as percepções destes sobre esse tipo de violência.

Desse modo, objetivando atingir tal finalidade no âmbito de uma pesquisa qualitativa, foi realizada a aplicação de questionários em que os participantes puderam expor se já vivenciaram nos espaços domiciliares algum tipo de violência contra mulher, seja como vítima direta e/ou como espectador; se houve denúncia por parte de quem sofreu a violência; se houve interferência no momento da violência e como eles analisam a violência doméstica contra as mulheres. Ao final da pesquisa, foi contabilizado o total de 140 questionários respondidos, destes, 120 respondidos por estudantes do sexo feminino e 20 respondidos por estudantes do sexo masculino.

Na primeira questão foram identificados alguns tipos de violências sofridas pelas alunas, através dos seguintes depoimentos: 1) *“Comigo mesma, pelo meu ex-marido que me agredia”*; 2) *“Eu mesma sofri muita violência”*; 3) *“Sim, eu já fui vítima de abuso”*; 4) *“Eu estava deitada e quando meu marido chegou ele discutiu e depois me bateu”*.

Esses relatos demonstram a vulnerabilidade destas mulheres, e o quão desde muito cedo as mesmas estão precocemente expostas à tamanha violência, tendo em vista que a predominância de idade das entrevistadas variou dos 15 aos 18 anos de idade. Confirmando o exposto por Teles e Melo (2002) ao afirmar que a mulher é a principal vítima de casos de violência doméstica, sendo o agressor, em sua maioria, o seu companheiro com quem ela convive ou conviveu.

Na segunda questão foi perguntado se o/a participante conhecia alguém que já vivenciou algum tipo de violência, sendo relatados os seguintes fatos: 1) *“Sim, uma colega da escola já veio pra aula com o olho roxo, ela tinha sido violentada pelo esposo, segundo ela o esposo não queria o fim do relacionamento”*; 2) *“trabalhei com uma menina que todos os dias chegava com marcas no corpo, tinha uma vida muito perturbada, isso mexeu muito comigo”*; 3) *“Sim, minha irmã já sofreu muito com esse tipo de violência”*; 4) *“o marido da minha vizinha batia nela”*; 5) *“minha mãe apanhou do meu pai dentro de casa”*; 6) *“começou com uma discussão de família e terminou em duas mortes”*; 7) *“minha tia se separou e começou a sofrer ameaças”*; 8) *“minha mãe era casada com meu pai e ele batia muito nela”*; 9) *“quando eu era menor morava no interior da Paraíba, uma vez eu presenciei um vizinho espancando a esposa porque ela esqueceu de comprar o cigarro dele”*.

Para Grossi (1996), a violência doméstica se caracteriza, de maneira geral, como o abuso físico, sexual, emocional, de indivíduo, que ocorre num espaço de convívio permanente entre os envolvidos. Através dessas análises fica evidenciada que a violência sofrida por muitas dessas mulheres parte de uma construção social, que coloca o homem numa posição de supremacia, em que as mulheres, levando-se em consideração os aspectos psicológicos envolvidos nesse tipo de violência e ainda os elementos complexos presentes no processo de se compreender tal posição/lugar, acabam entrando em um ciclo de violência sem entenderem como se libertar dessa condição.

Nos seguintes relatos foi questionado se houve denúncia por parte da vítima ou de alguma outra pessoa, a partir da violência ocorrida, sendo ressaltado que: 1) *“Não, por medo eu acho, minha amiga falou que o marido bateu nela, mas ela não fez a denúncia contra ele”*. Sendo demonstrada que a denúncia ainda é uma situação onde as mulheres têm dificuldade de efetuar, havendo em outros casos a desistência após a realização: 2) *“Houve denúncia, mas ela desistiu logo”*.

Podemos observar que o ato de denunciar é algo que ainda persiste em não ser realizado. Além disso, com base nos depoimentos, conclui-se que a impunidade se configura como um fator agravante a não realização da denúncia, retratado o modo como a situação ainda é tratada com certo descaso pelas autoridades competentes: 3) *“O irmão denunciou, que eu me lembre, não deu em nada, ele só precisou pagar fiança e logo foi solto”*; 4) *“Minha mãe fez a denúncia, mas não resolveu nada”*. Alguns casos são inclusive explicitados pela mídia: 5) *“Sim, ela já foi até a delegacia da mulher e denunciou o marido, a violência foi tanta que passou até na televisão”*.

Segundo Cabral (1999), a violência do homem contra a mulher representa um problema psicossocial e jurídico que precisa ser enfrentado nos dias atuais, necessitando de posturas governamentais de enfrentamento mais contundentes. E embora tenha havido mudanças a partir da Lei Maria da Penha, sancionada no ano de 2006, com a finalidade de criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, configurando tal violência enquanto qualquer ação ou omissão baseada no gênero que venha a causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, em que o procedimento inicial de denúncia pode ser realizado através das delegacias específicas de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas

Delegacias de Atendimento à Mulher, cuja implementação também está prevista na Lei, ainda se fazem necessárias ações de cunho educativo, atendimento psicológico e apoio às vítimas.

Aplicar a lei como forma de punição também não é simples, pois, de acordo com Cortizo e Goyeneche (2010) faltam políticas públicas que garantam a sua efetividade e, na prática, estão se dando de forma lenta e desigual, tendo como agravante o fato da rede de assistência ainda não funcionar de fato, dificultando a condição das mulheres, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica que somente dispõem dos instrumentos públicos como apoio.

Houve diante de todas estas questões, indagações a respeito do modo como a violência doméstica contra mulheres é percebida, sendo relatados pelos estudantes como: 1) *“Uma falta de caráter dos homens para mostrar ser ‘homem’ que pode fazer o que quiser com as mulheres”*; 2) *“Um crime onde nós mulheres devemos abrir a boca para anunciar o que se passa no nosso dia-a-dia, quanto mais calada ou esconder mais as coisas vão piorando”*; 3) *“Eu acho totalmente errado, uma falta de consciência”*; 4) *“Tem que ser denunciado porque existe a lei Maria da Penha”*; 5) *“Um absurdo que todo homem que violentasse sua esposa era para ser preso e ficar muito tempo na cadeia”*; 6) *“Um ato covarde, nada justifica ato de agressão, a culpa não é da vítima, nunca é da vítima, não existem motivos que justifique a violência”*.

Nesse contexto é necessário que se leve ao meio escolar, acadêmico e institucional, dentre outros, o debate sobre as questões que evidenciem violência contra a mulher, como também informações dos locais de atendimento das políticas públicas de seguridade de seus direitos, a exemplo do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes do município de Campina Grande, localizado na Rua Dom Pedro I, nº 558, no bairro São José, pois assim outras reflexões sobre a problemática podem contribuir com mudanças de posturas na sociedade, e é com esse intento que as propostas de ações educacionais realizadas no presente trabalho foram elaboradas.

4 ALGUMAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS QUE FAVOREÇAM MODIFICAÇÕES NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Inicialmente destaco que os projetos pedagógicos das escolas devem estar voltados para o aprimoramento de condições que levem ao exercício da cidadania, sendo um documento que pode suscitar condições de desenvolvimento de práticas que atendam às

demandas das problemáticas sociais, entre elas das discussões das violências contra as mulheres. Sabemos que a elaboração do documento não é suficiente, mas é um primeiro passo, pois parte de discussões coletivas.

Além disso, o planejamento e o currículo também devem fortalecer o desenvolvimento de ações no âmbito escolar que retomem tais problemáticas. Os próprios temas transversais trazem sugestões neste campo que podem ser utilizadas a partir do planejamento e alterações no currículo.

Partindo da compreensão da violência contra a mulher enquanto um problema de saúde pública, podem ser organizadas oficinas como aquelas propostas no Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), cuja finalidade é contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através da realização de ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando para tanto os setores de saúde e de educação.

Conforme o projeto, citado anteriormente, em sua Unidade 03 está prevista a discussão sobre gênero, a partir das oficinas intituladas: “Identificando estereótipos” e a “construção social do gênero”. A primeira se desenvolve a partir de uma oficina com duração de 1 hora e 40 minutos, na qual sugere divisão da turma em grupos, tendo por objetivos identificar e refletir acerca de estereótipos para o comportamento masculino e feminino, assim como compreender e debater o conceito de gênero mediante a troca de experiências e ideias sobre como enfrentar as desigualdades nas relações de gênero (BRASIL, 2006).

Noutra oficina do mesmo documento utiliza-se os seguintes textos para debates: “O mito da superioridade masculina” e “A luta da mulher por seus direitos”, tendo duração de mais ou menos de 2 horas, com os seguintes objetivos: reconhecer o processo de construção dos papéis sexuais dos homens e das mulheres na sociedade e obter recursos para a produção de novos discursos e novas formas de atuação no que diz respeito às relações de gênero (BRASIL, 2006).

Desse modo, a escola pode e deve contribuir com ações pedagógicas, desde o pensar coletivo a partir do seu projeto pedagógico, com mudanças nas propostas curriculares e nos planejamentos das aulas, até as oficinas que podem ser realizadas em sala de aula ou debates

mais amplos em momentos específicos, com proposições que favoreçam mudanças nas posturas individuais e coletivas quanto a questão da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre violência contra as mulheres no Brasil têm dado importantes contribuições para a visibilidade e a compreensão desse fenômeno, no entanto, com base na vivência e experiência na docência, o ensino em geografia tem possibilitado contribuições ainda limitadas. Por isso, o presente trabalho traz esta questão e amplia para a discussão dentro das escolas, contribuindo para expandi-la para a sociedade.

Entender as questões que levam a este tipo de violência na cidade de Campina Grande - PB favorece em pensar sobre ações educacionais que sensibilizem para a mudança de posturas machistas e diminuição destas violências, a partir do protagonismo dos próprios estudantes.

Desta forma, esta investigação é de grande importância para que a escola juntamente com a comunidade possa estar alinhada com o interesse em construir novos parâmetros para tais discussões. Espera-se que outras investigações sobre o tema sejam realizadas no meio acadêmico e profissional e que outras ações educacionais também sejam pensadas a partir desta ótica.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, K. S.; GOMES, B. L. F. B. **A violência doméstica** contra a mulher e suas formas no município de Campina Grande – PB, 2012.

BRASIL. **Saúde e Prevenção nas Escolas**: guia para formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CABRAL M. A. A. **Prevenção da violência contra a mulher**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, 1999.

CORTIZO, M. C.; GOYENECHE, P. L. **Judicialização do privado e violência contra a mulher**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n.1, jun. 2010.

COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER (CSW). Por Portal Brasil, 13/03/2017. Divulgação ONU Mulheres. Disponível em : < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/maior-evento-mundial-sobre-direitos-da-mulher-comeca-nesta-segunda-13/13-03-2017-mulheres.jpg/view>> Acesso em: fev.2017.

FILHO, A. C. S; SILVA, J. B. A **Lei Maria da Penha auxiliando na Construção da Igualdade de Gênero**: uma análise da situação e percepção social da violência doméstica contra a mulher em Campina Grande (PB). Ponta Grossa: UEPG, 2015. Revista latino-americana de Geografia e Gênero. p. 48 a 53. 2015. Disponível em: < http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rflag/article/view/6328/pdf_155> Acesso em: nov. 2016.

FUNARI, P. P. A. **Grécia e Roma**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. (1995a). **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, 35(2), p.128.

GROSSI, K. **Violência contra a mulher**: implicações para os profissionais de saúde. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

IBGE (2010) Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=Iinfogr%E1fico:-informa%E7%F5es-completa> Acesso em: dez. 2017.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. Vera Whately. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAIA, C. J. **Rompendo o silêncio**: histórias de violência conjugal contra as mulheres no norte de Minas, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos pagu, n. 16, p. 115, 2001.

_____. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

TELES, M. A. A; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VRISSIMTZIS, N. A. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga**. Trad. Luiz Alberto Machado Cabral. 1. ed. São Paulo: Odysseus, 2002.

